

RELATÓRIO
DE
ATIVIDADES

1º Trimestre

2017



ESTADO DE SANTA CATARINA
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Procuradoria-Geral

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DE SANTA CATARINA

Procurador-Geral

Aderson Flores

Procuradora-Geral Adjunta

Cibelly Farias Caleffi

Procurador

Diogo Roberto Ringenberg

Diretoria-Geral de Contas Públicas
Juliana Fritzen

Diretoria-Geral de Administração e Planejamento
Antônio Altero Cajuela Filho

Internet: [http://http://www.mptc.sc.gov.br](http://www.mptc.sc.gov.br)
Rua Bulcão Viana, 90 – Centro
Florianópolis/SC
CEP 88020-160
pgtc@mptc.sc.gov.br



1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o compromisso do Ministério Público de Contas na fiscalização do uso do dinheiro público, consoante suas competências institucionais estabelecidas no art. 108 da Lei Complementar nº 202/2000, apresenta-se este relatório de atividades, que descreve as principais ações realizadas e os resultados alcançados no trimestre, destinando-se a todos os cidadãos com interesse no funcionamento deste *Parquet*.

2. COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas, regido pelos princípios institucionais de unidade, indivisibilidade e independência funcional e administrativa, tem atribuições de guarda da lei e fiscal de sua execução, com o fito de promover e fiscalizar o cumprimento e a guarda da Constituição e das leis, no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de competência do Tribunal de Contas, bem como a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, requerendo as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário.

É exercido pela Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas e compõe-se de um Procurador-Geral, um Procurador-Geral Adjunto e três Procuradores.

Ao Ministério Público de Contas compete (art. 108 da Lei Complementar nº 202/2000):

- promover a defesa da ordem jurídica requerendo, perante o Tribunal de Contas do Estado, as medidas de interesse da Justiça, da Administração e do Erário;
- comparecer às sessões do Tribunal e dizer do direito, verbalmente ou por escrito, em todos os processos sujeitos à deliberação do Tribunal, exceto os relativos à matéria



administrativa do Tribunal, sendo obrigatória a sua manifestação por escrito nos processos de prestação e tomada de contas e nos concernentes à fiscalização de atos e contratos e de apreciação dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões;

- promover, junto à Procuradoria-Geral do Estado ou, conforme o caso, perante os dirigentes das entidades jurisdicionadas do Tribunal, no prazo de sessenta dias contados da data do recebimento da documentação respectiva, as medidas previstas no art. 43, inciso II e art. 75 desta Lei, remetendo-lhes as peças processuais, com as orientações necessárias; e
- interpor os recursos permitidos em lei.

De acordo com o Regimento Interno do Ministério Público de Contas, sua estrutura organizacional compreende:

- Conselho de Procuradores;
- Corpo de Procuradores;
- Gabinete do Procurador-Geral;
- Direção Geral;
- Consultoria Técnica.

3. ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

3.1 Sessões Plenárias

O Tribunal Pleno é órgão deliberativo do Tribunal de Contas, reunindo-se ordinária e extraordinariamente.

As sessões ordinárias do Tribunal Pleno são realizadas nas segundas e quartas-feiras.

Participação do MPC-SC nas sessões plenárias:

Procurador	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Total
Aderson Flores	-	4	3	7
Cibelly Farias Caleffi	3	4	5	12
TOTAL	3	8	8	19

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos



Total no trimestre: 19 sessões plenárias.

3.2. Volume de trabalho

Todos os processos que tramitam no Tribunal de Contas são devidamente instruídos pelas Diretorias Técnicas e encaminhados ao MPC-SC, para emissão de parecer.

3.2.1 Movimentação de processos

No trimestre, do total de 1.630 processos para manifestação ministerial, foram elaborados, no mesmo período, 1.022 pareceres.

Os processos que tiveram saídas sem pareceres foram aqueles que tramitaram a pedido, seja para fornecimento de cópias, vistas na sala dos advogados, solicitação pelos gabinetes de Conselheiro e Presidência.

Procurador	JANEIRO/2017					
	Remanescentes do mês de dezembro/2016	Processos recebidos		Saídas de processos		Processos pendentes de manifestação
		Distribuídos	Retorno	Com Parecer	Sem Parecer	
Aderson Flores	189	2	1	1	-	191
Cibelly Farias Caleffi	132	11	1	106*	-	38
Diogo Roberto Ringenberg	388	10	9	36**	8	363
TOTAL	709	23	11	143	8	592

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

*40 pareceres em processos eletrônicos

**33 pareceres em processos eletrônicos



Procurador	FEVEREIRO/2017					
	Remanescentes do mês de janeiro	Processos recebidos		Saídas de processos		Processos pendentes de manifestação
		Distribuídos	Retorno	Com Parecer	Sem Parecer	
Aderson Flores	191	115	3	61*	4	244
Cibelly Farias Caleffi	38	109	2	118**	3	28
Diogo Roberto Ringenberg	363	121	10	73***	11	410
TOTAL	592	345	15	252	18	682

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

*34 pareceres em processos eletrônicos

**85 pareceres em processos eletrônicos

***40 pareceres em processos eletrônicos

Procurador	MARÇO/2017					
	Remanescentes do mês de fevereiro	Processos recebidos		Saídas de processos		Processos pendentes de manifestação
		Distribuídos	Retorno	Com Parecer	Sem Parecer	
Aderson Flores	244	152	8	250*	8	146
Cibelly Farias Caleffi	28	165	7	146**	4	50
Diogo Roberto Ringenberg	410	233	10	231***	10	412
TOTAL	682	550	25	627	22	608

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

*219 pareceres em processos eletrônicos

**122 pareceres em processos eletrônicos

***221 pareceres em processos eletrônicos



3.2.2 Outras atividades desenvolvidas no trimestre

Procurador	Recursos	Represen- tações	Procedimentos preparatórios		Ofícios requisi- tórios	Notifica- ções Recomen- datórias	Outros	Total
			Instaura- dos	Arquiva- dos				
Aderson Flores	1	-	4	3	2	1	3	14
Cibelly Farias Caleffi	2	3	8	16	7	609	-	645
Diogo Roberto Ringenberg	5	1	5	1	34	1	26	73
TOTAL	8	4	17	20	43	611	29	732

Fonte: Gabinetes dos Procuradores

3.2.3 Ofícios expedidos no trimestre

Foram expedidos 93 ofícios:

Procurador	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Total
Aderson Flores	3	33	17	53
Cibelly Farias Caleffi	4	3	1	8
Diogo Roberto Ringenberg	4	7	21	32
TOTAL	11	43	39	93

Fonte: Gabinetes dos Procuradores e Setor de Protocolo e Diligência

3.2.4 Decisões definitivas do Tribunal Pleno com encaminhamento para cobrança de débitos e multas

No trimestre, foram adotadas providências para a execução de débitos imputados e de multas aplicadas em decisões do Tribunal Pleno, previstas no Regimento Interno do TCE/SC, arts. 64 e 65.



Providências	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Total
Encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado	-	3	-	3
Encaminhamento às Procuradorias municipais	-	13	-	13
Encaminhamento Empresas Públicas e Soc. de Econ. Mista	-	-	-	-
Total	-	16	-	16

Fonte: Setor de Ajuizamento

Total no trimestre: 16 encaminhamentos para cobrança.

4. RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1 Informações prestadas aos cidadãos - Lei nº 12.527/2011

No trimestre, foram recebidos 21 pedidos de informações, sendo que o e-mail pgtc@mptc.sc.gov.br foi o caminho mais utilizado para os cidadãos contatarem o MPC-SC.

4.2 Convênios e Acordos de Cooperação

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
2017TN000266	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SSP E DETRAN/SC	Disponibilizar o acesso ao banco de dados do Sistema Integrado de Veículos para fins de consultas.	Sem impacto financeiro	Diário Oficial de Santa Catarina nº 20.498, de 21-03-2017.

Fonte: Diretoria-Geral de Contas Públicas